

Plenário do TSE julga suspensão de pesquisa contestada

Nunes Marques aceitou tese de Flávio de que AtlasIntel induziu pesquisados

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, aceitou o pedido do Partido Liberal (PL) e determinou, nesta segunda-feira (8), a suspensão da pesquisa de intenção de votos do Instituto AtlasIntel de maio que registrou uma queda de cinco pontos percentuais do pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ), após o vazamento de conversas entre o senador e o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro.

Como foi uma decisão monocrática, a medida será analisada no plenário do tribunal, com expectativa de ser votada na sessão desta terça-feira (9).

Após a divulgação da pesquisa, a equipe do senador da República e o PL acionaram o TSE alegando que as perguntas elaboradas pelo questionário estariam induzindo os eleitores entrevistados a uma percepção negativa sobre Flávio Bolsonaro, como questionamentos referentes a um “esquema de fraudes financeiras”. Além disso, ao final, os pesquisadores mostravam o áudio da conversa entre Flávio e Vorcaro.

A pesquisa foi a primeira a avaliar o impacto das trocas mensagens e áudios entre Flávio



Nunes Marques viu “indícios de comprometimento” da pesquisa AtlasIntel

em Vorcaro no qual o senador cobrava do banqueiro dinheiro que este havia prometido para financiar o filme autobiográfico do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), “Dark Horse”.

“Comprometimento”

Na decisão preliminar de Nunes Marques, o magistrado avaliou que existem “elementos minimamente consistentes” que indicam possível comprometimento da neutralidade metodológica da pesquisa.

“A controvérsia suscitada nos autos não se limita, portanto, à mera discordância quanto às escolhas metodológicas da apresentada, mas envolve alegação objetiva de possível utilização do questionário como mecanismo de indução do entrevistado”, defendeu o magistrado.

Em nota, a AtlasIntel informou que respeitará a decisão do presidente do TSE, mas negou qualquer viés político partidário na elaboração das perguntas e da metodologia.

O instituto ainda reiterou que os áudios entre Flávio e Vorcaro somente foram apresentados aos entrevistados após os eleitores responderem aos questionamentos.

“Após o encerramento definitivo do questionário – sem qualquer possibilidade de retornar às perguntas anteriores ou alterar respostas já registradas – os participantes eram redirecionados para uma página completamente separada do questionário, onde eram convidados a registrar suas

reações enquanto ouviam o áudio por meio da ferramenta Atlas VRC”, informou a AtlasIntel.

Desconfiança

Ao Correio da Manhã, o professor de políticas públicas do Ibmec Brasília Jackson De Toni avaliou como negativa a decisão do ministro do TSE e considera que ela “aprofunda a crise de confiança nas instituições”.

“Como Nunes Marques foi indicado ao STF [Supremo Tribunal Federal] por Jair Bolsonaro — que já declarou publicamente ter ‘dois nossos’ na Corte —, sua atuação monocrática para barrar um levantamento desfavorável a um aliado político reforça a percepção de partidarismo. Esse cenário agrava a já fragilizada credibilidade do Judiciário, considerando que 60% dos brasileiros não confiam no Supremo Tribunal Federal e têm como principal crítica justamente a falta de imparcialidade entre rivais políticos”, ele ressaltou para a reportagem.

O professor ainda ressaltou que, para além do desgaste institucional, “a medida gera um grave risco de judicialização da informação e de censura prévia, limitando o acesso dos eleitores a dados relevantes para o livre debate democrático”.

Vorcaro: semana decisiva para delação

Reprodução / Redes sociais

Por Beatriz Matos

O novo pedido de delação premiada do empresário Daniel Vorcaro pode enfrentar uma semana decisiva. Preso preventivamente e apontado como a figura central das investigações do Caso Master, o dono do banco tenta convencer autoridades de que ainda possui informações relevantes capazes de contribuir com os inquéritos em andamento.

Nos bastidores, porém, o clima é de ceticismo. Integrantes da Polícia Federal (PF) avaliam que os elementos apresentados até agora não trouxeram novidades suficientes para justificar o avanço das negociações. A expectativa é de que a defesa apresente novos documentos e informações nos próximos dias. Caso isso não aconteça, a tendência é de nova rejeição da proposta atual.

Pressão

A corrida contra o tempo ganhou força após decisão do



Daniel Vorcaro conversa com seus advogados para delação

ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, relator do caso. O magistrado autorizou acesso ampliado dos advogados ao empresário até o fim desta semana, permitindo reuniões diárias de longa duração na Superintendência da Polícia Federal.

Segundo relatos de investigadores, os encontros têm ocupado várias horas por dia e são vistos como uma oportunidade final para que a defesa apresente fatos considerados efetivamente novos. A partir da próxima semana, o contato entre cliente e advogados deverá ser reduzido, limitando o tempo disponível para a construção de uma eventual colaboração.

Nos bastidores, investigadores afirmam que a medida busca acelerar as definições sobre o futuro das negociações e evitar sucessivas promessas de apresentação de provas que acabam não se concretizando.

Um dos principais entraves apontados pela PF é que parte

das informações entregues por Vorcaro já era conhecida pelos investigadores ou havia sido divulgada publicamente.

Entre os exemplos citados estão os repasses relacionados ao filme Dark Horse, produção sobre a trajetória política do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e referências a operações envolvendo o senador Ciro Nogueira (PP-PI).

A avaliação de investigadores é que esses fatos não abriram novas frentes de apuração nem trouxeram elementos inéditos capazes de ampliar significativamente as investigações.

Outro fator que aumenta a pressão sobre Vorcaro é a movimentação paralela do ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa. A defesa dele já formalizou junto ao STF o interesse em firmar um acordo de colaboração, criando uma disputa informal por benefícios que costumam ser mais vantajosos para quem consegue fechar acordo primeiro.